

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 502.205 - SC (2019/0093962-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE** : LUIZ GONZAGA DE SOUZA BEZERRA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*.  
CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA  
PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE  
DIREITOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.  
AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Fixada a pena corporal em patamar superior a 1 ano,  
compete ao julgador a escolha do modo de aplicação da benesse legal  
prevista no art. 44, § 2º, segunda parte, do Código Penal – CP. Dessa forma,  
observada a discricionariedade do julgador e o respeito aos parâmetros  
legais, inexistente flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da  
ordem de ofício.

2. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,  
acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade,  
negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado  
do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator